



MUNICÍPIO DE MURÇA
CÂMARA MUNICIPAL

**CONTRATO AVULSO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MURÇA E A FIRMA
MANUEL FERNANDO RODRIGUES BARREIRO.**

Empreitada de **“Execução de Muros de Suporte em Sobreira e Estrada Municipal
de acesso às Caldas de Stª Maria Madalena”**

----- Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, nesta, nesta Vila de Murça e no Edifício dos Paços do Concelho da Câmara Municipal, perante mim, Ana Deolinda Sol, Coordenadora Técnica da Subunidade Orgânica de Obras, Oficinas e Parque Automóvel e Oficial Público, nomeada, pelo despacho de vinte e dois de Outubro de dois mil e treze, nos termos da alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, compareceram como outorgantes:-----

----- **Primeiro Outorgante:** O Município de Murça, entidade equiparada a Pessoa Coletiva com o número 506 862 763, aqui representada pelo Sr. Presidente da Câmara, Prof. José Maria Garcia da Costa, casado, com residência no Bairro do [REDACTED] cujos poderes de representação são conferidos pela alínea f) do número dois do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro. -----

----- **Segundo Outorgante** - A Firma Manuel Fernando Rodrigues Barreiro, casado, natural da freguesia de Telões, concelho de Vila Pouca de Aguiar e residente na rua [REDACTED] concelho de Vila Pouca de Aguiar, empreiteiro com o alvará de construção nº 27717 - PUB, contribuinte fiscal nº [REDACTED], portador do Cartão de Cidadão com o nº [REDACTED] com validade até 19/10/2020-----

-----Verifiquei a identidade do primeiro outorgante por ser do meu conhecimento pessoal e a do segundo pela apresentação do respetivo Cartão de Cidadão. -----



MUNICÍPIO DE MURÇA
CÂMARA MUNICIPAL

-----Pelo primeiro outorgante foi dito: Que por despacho do Exmº Sr. Presidente da Câmara, de 02 de Dezembro de 2016, foi adjudicada à representada do segundo outorgante a empreitada de **“Execução de Muros de Suporte em Sobreira e Estrada Municipal de acesso às Caldas de Stª Maria Madalena”**, em conformidade com o Projecto de Decisão de Adjudicação elaborado em de 30 de Novembro de 2016.-----

-----O valor deste contrato é de **26.782,00 €** (vinte e seis mil setecentos e oitenta e dois euros), a que acresce o IVA á taxa legal em vigor. -----

----- A despesa do presente contrato será satisfeita pela dotação da seguinte classificação orçamental da despesa: Classificação Orgânica – Capitulo 14; Classificação Económica – 07010408, concretamente, pela proposta de cabimento nº 964 de 08/11/2016 e compromisso de despesa nº 2016/1115, de 09/12/2016 -----

-----Que os trabalhos deverão ficar concluídos no prazo de 45 dias, nele estando incluídos os dias de descanso semanal e feriados, contados a partir da data do auto de consignação. -----

-----Que o pagamento respeitante ao presente contrato será satisfeito pela Câmara Municipal, mediante a apresentação de fatura e de acordo com a proposta e caderno de encargos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

-----Que em tudo o que não ficar especificado no presente contrato, se aplicará o disposto no Caderno de Encargos, bem como no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro e ulteriores alterações. -----

----- Que a minuta do presente contrato foi aprovada por despacho do Exmº Sr. Presidente da Câmara de 02/12/2016.-----

-----Nos termos do n.º 2 do artigo 96.º do CCP, fazem parte integrante deste contrato os seguintes documentos:-----

- a. O caderno de encargos, no anexo 1;-----
- b. A proposta adjudicada, no anexo 2;-----

-----Pelo segundo outorgante foi dito, que na qualidade em que outorga, aceita e se obriga a cumprir este contrato, com todas as suas cláusulas e obrigações. -----



MUNICÍPIO DE MURÇA
CÂMARA MUNICIPAL

-----Foram-me apresentados pelo segundo outorgante e junto ao presente instrumento jurídico, os seguintes documentos: Certidão emitida pelos Serviços de Finanças de Vila Pouca de Aguiar em 5 de Dezembro 2016 em como tem a situação contributiva regularizada; certidão emitida pelo Instituto da Segurança Social, em 12 de Outubro de 2016, em como tem a situação regularizada perante aquela Instituição, documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do art.º 55º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, e ulteriores alterações. -----

----- Nos termos do nº 2 do art.º 88º do Decreto Lei nº 18/2008 que aprova o C.C.P., não foi exigida a prestação de caução, porquanto o preço contratual é inferior a 200.000,00 €, porém, nos termos do nº 3 do artigo 88º do CCP, a entidade adjudicante irá proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar.-----

-----Assim o disseram, outorgaram e reciprocamente o aceitaram, do que dou fé. --- Este contrato contém três folhas e é feito em triplicado, dele fazendo parte integrante todos os documentos nele referenciados, que se anexam a este original.--

-----O presente contrato foi lido em voz alta, na presença simultânea de todos os intervenientes e explicado o seu conteúdo e efeitos, na forma legal, e vai ser assinado pelos outorgantes pela ordem que foram mencionados e também por mim, Ana Deolinda Sol, na qualidade antes referida. -----

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

A Coordenadora Técnica, nomeada Oficial Público

ANA DEOLINDA SOL